

TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços e peças de manutenção corretiva da rede de gás do laboratório de microbiologia do departamento de alimentos e do refeitório do campus Rio Pomba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação se fará por grupo devido às especificidades do serviço e necessidade de todas as peças no ato da manutenção.

GRUPO	CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor estimado
1	23086	1	Serviços de manutenção corretiva da rede de gás do laboratório de microbiologia do Departamento de Alimentos e do refeitório do campus Rio Pomba	Serviço	1	R\$ 5.126,67
	16276	2	Teste de estanqueidade	Serviço	2	R\$ 2.153,33
	150628	3	Registro linha alta pressão metal 1/8 x1/8	Material	20	R\$ 575,33
	150628	4	Regulador único estágio 50 kg/h PE 5bar	Material	1	R\$ 369,33
	150628	5	União 1/8 metal rosqueado externo 1/8x1/8	Material	22	R\$ 374,20
	150628	6	Mangueira 0,7 m baixa pressão para GLP ou mangueira silicone	Material	50	R\$ 683,33
	150628	7	Pictail para P 45 – Mangueira de alta – 1 m	Material	18	R\$ 956,40
	150628	8	Registro tripartido, 3/4 alta pressão	Material	6	R\$ 688,00
	150628	9	Regulador com monitor 1o estágio 1,5 bar	Material	1	R\$ 448,67
	150628	10	Queimador dupla chama industrial	Material	6	R\$ 922,00
	150628	11	Magote de cobre 1,5 m	Material	5	R\$ 759,00
	150628	12	Redução 3/4 para 1/2	Material	6	R\$ 82,60
	150628	13	Niple 1/2 x 1/2	Material	8	R\$ 58,93
	150628	14	Torneira 1/4 x 5/16	Material	6	R\$ 254,80
	150628	15	Mangueira para GLP residencial 1,2 m	Material	1	R\$ 14,00
	150628	16	Regulador de pressão para bujão P 13 - residencial	Material	1	R\$ 64,33
	150628	17	Abraçadeira galvanizada de 1/2"	Material	80	R\$ 106,67
Total						R\$13.637,59

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a *empreitada por preço Global*.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.”
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4. A opção é pelo pregão em sua forma Eletrônica. O art. 13 da Lei nº. 12.462/2001 e o art. 8º, II c/c art. 13, do Decreto nº. 7.581/2011 dispõe que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. O mesmo decreto estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado. Logo a busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, fazendo com que a celeridade no trâmite administrativo se reflita em economia e benefício à população, foram determinantes pela escolha do RDC Eletrônico.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- I As empresas interessadas nas prestações de serviços deverão ter conhecimento do local da prestação dos serviços.
- II Para prestar os serviços, a empresa deverá emitir uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços a serem realizados, por engenheiro Mecânico, devidamente registrado no CREA-MG.
- III Além disso, os serviços devem atender às normas técnicas de medicina e segurança do trabalho.
- IV A contratada terá duração de 10 dias para entrega do serviço e teste de estanqueidade.^[1]

5.1.2. Vale ressaltar que o projeto elaborado pela área técnica encontra-se nos anexos (VII a XII) do ETP.

5.1.3. *Trata-se de serviço não continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.*

5.1.4. O Quadro de soluções de mercado está relatado no ETP, apêndice deste documento.

5.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR...

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 11. horas.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 - 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 7.1.1. Inspeção visual de tubos e conexões para verificar se há algum tipo de furo ou ranhura aparente e possível reparo;
 - 7.1.2. Avaliar a central de gás que deve apresentar placas ao redor e ser gradeado para maior segurança e possível reparo;
 - 7.1.3. Substituição de peças que apresentam vazamentos ou possivelmente estão com prazos de validade vencidos ou vencendo neste mês.
 - 7.1.4. Substituição e adequação de equipamentos.
 - 7.1.5. Deve ser realizado teste de estanqueidade.
 - 7.1.6. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de 5(cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 8.1. A fiscalização e gestão do contrato serão feitas pelo gestor, devidamente designado pela Administração, conforme preconiza a Lei 8.666/93, em seu artigo 67.
- 8.2. Os pagamentos pelos serviços do objeto se darão por meio dos serviços concluídos totalmente, devidamente atestados pelo gestor.
- 8.3. Toda comunicação via mensagem eletrônica deverá ser remetida para o endereço contratos.riopomba@ifsudestemg.edu.br e a Contratada deverá indicar através desse canal o preposto, que será o responsável pela comunicação com a gestão/fiscalização do contrato, e o endereço eletrônico para o envio das comunicações em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato
- 8.4. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.5. A nota fiscal/fatura deverá ser enviada, juntamente com os documentos de fiscalização demandados, em formato digital, para o endereço eletrônico contratos.riopomba@ifsudestemg.edu.br

- 8.6. A empresa contratada deverá manter endereço eletrônico para correspondência via email das irregularidades observadas.
- 8.7. Todas as ocorrências apontadas pela fiscalização serão encaminhadas, via correspondência eletrônica, à empresa contratada, que deverá confirmar o recebimento.
- 8.8. O prazo de manifestação da CONTRATADA perante as ocorrências informadas é de 24 (vinte e quatro) horas.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Descrição GRUPO 01	Quantidade
Registro linha alta pressão metal 1/8 x1/8	20
Regulador único estágio 50 kg/h PE 5bar	1
União 1/8 metal rosqueado externo 1/8x1/8	22
Mangueira 0,7 m baixa pressão para GLP ou mangueira silicone	50
Pictail para P 45 – Mangueira de alta – 1 m	18
Registro tripartido, 3/4 alta pressão	6
Regulador com monitor 1o estágio 1,5 bar	1
Queimador dupla chama industrial	6
Magote de cobre 1,5 m	5
Redução 3/4 para 1/2	6
Niple 1/2 x 1/2	8
Torneira 1/4 x 5/16	6
Mangueira para GLP residencial 1,2 m	1
Regulador de pressão para bujão P 13 - residencial	1
Abraçadeira galvanizada de 1/2"	80

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.23. Incluir, dentre as obrigações da Contratada, dos seguintes itens retirados da minuta padrão para serviços comuns de engenharia:
- 11.23.1. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
 - 11.23.2. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

- 11.23.3. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.23.4. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.23.5. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.23.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 11.23.7. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.23.8. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 11.23.9. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 11.23.10. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 11.23.11. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 11.23.12. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.23.13. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 11.23.14. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- I O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - II Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 11.23.14.II.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
 - 11.23.14.II.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de

armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.23.14.II.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.23.14.II.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

III Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

IV Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.23.15. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

I Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

II Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.23.16. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.23.17. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

11.23.18. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

14.9.1. O engenheiro mecânico irá acompanhar e aprovar ou não o serviço prestado pela contratada.

14.10. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 (*cinco*) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

I Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

II A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

III O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de até 10 (*dez*) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

I quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

II Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.II.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (*dez*) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice *Índice Nacional da Construção Civil - INCC* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

- 18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.12. Será considerada extinta a garantia:
- 18.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5. cometer fraude fiscal.
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 19.2.2. **Multa de:**
- 19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- 19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 19.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais,	05

	por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

- 19.6.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.7.As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 19.8.Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.9.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 20.1.As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 20.2.Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 20.3.1. - A licitante deverá apresentar registro ou inscrição da empresa proponente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;
- 20.3.1.1. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou no CAU do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional."
- 20.3.2. Deverá ser emitido pela empresa uma Anotação de Responsabilidade Técnica pelo serviço executado.
- 20.3.3. A licitante deverá apresentar declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, do pessoal técnico considerados essenciais para a execução dos serviços, a seguir discriminado:
- 20.3.3.1. ENGENHEIRO MECÂNICO, ou outro profissional legalmente habilitado para realização dos serviços."
- 20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R\$13.637,59 (Treze mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos)

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. Natureza de Despesa: 3390.39

22.2. PTRES:189627

22.3. Fonte de Recurso:8144000000

22.4. Plano Interno: L20RLP0100N

23. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. A execução dos serviços será iniciada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da assinatura do contrato e ou emissão da ordem de serviço.

23.2. O prazo de execução dos serviços será de 30 dias.

Município de Rio Pomba, 18 de novembro de 2020.



João Paulo Campolina Lamas

Diretor de Desenvolvimento Institucional

ANEXO I.1 – TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

Algumas justificativas técnicas relevantes para estão pormenorizadas no termo de referência.

1. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 1.1. A opção é pelo pregão em sua forma Eletrônica. O art. 13 da Lei nº. 12.462/2001 e o art. 8º, II c/c art. 13, do Decreto nº. 7.581/2011 dispõe que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. O mesmo decreto estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado. Logo a busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, fazendo com que a celeridade no trâmite administrativo se reflita em economia e benefício à população, foram determinantes pela escolha do RDC Eletrônico.
- 1.2. O modo de disputa será Fechado finalizando com a fase Fechada;
 - 1.2.1. Dentre as opções disponíveis no art. 15 do Decreto nº 7.581/2011 a escolha é pelo MODO DE DISPUTA FECHADO. Neste modo de disputa o licitante irá cadastrar sua proposta eletronicamente, até a hora e dia agendados para a sessão pública, em completo anonimato. Uma vez desconhecido o número de licitantes que apresentaram propostas no sistema eletrônico, cada licitante irá cadastrar a sua melhor proposta. A experiência com o pregão eletrônico, onde ocorre a fase adicional de disputa por lances, demonstra que os licitantes quando cadastram suas propostas, as apresentam com descontos irrisórios, deixando para enviar lance efetivamente competitivos apenas durante a sessão pública. Tratando-se de obras e serviços de engenharia onde o universo de licitantes é menor, está situação pode apresentar problemas caso a licitação apresente poucos licitantes, ou até mesmo apenas um licitante, resultando em proposta pouco vantajosa para a Administração. Desta forma a melhor proposta para a Administração será aquela onde o licitante teve todo o prazo previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do art. 15 da Lei nº 12.462/2011, para efetivamente avaliar as condições de contratação e apresentar efetivamente a sua melhor proposta quando da sua apresentação no sistema eletrônico.
- 1.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
 - 1.3.1. O critério de julgamento será pelo MENOR PREÇO, nos termos do inciso I do art. 18 da Lei nº 12.462/2011, que considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório. Para evitar a ocorrência de “jogos de planilha”, serão determinados critérios de aceitabilidade de preços unitários.

2. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 2.1. A participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, conforme justificativa a seguir.
 - 2.1.1. O Decreto nº 7.581/2013 assegura o poder discricionário da Administração em permitir ou não a participação de consórcios:

“Art. 51. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, serão observadas as seguintes condições:” (destaquei).
 - 2.1.2. O Tribunal de Contas da União orienta, conforme Acórdão 2.831/2012 - Plenário:

“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória.

Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.”

- 2.2. Avaliando o caso concreto, verificamos que o projeto objeto da licitação não apresenta valores vultosos ou complexidade técnica que justifique a participação de empresas consorciadas. Neste caso, a participação dos consórcios não garantiria e/ou ampliaria a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas poderiam deixar de competir entre si, formalizando acordos para eliminar a competição, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

3. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

- 3.1. Não será admitida a participação de cooperativa.

4. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

- 4.1. A vistoria para a licitação será facultativa, de modo a não imputar ônus desnecessários para os licitantes, ampliando à competitividade do certame, sendo suficiente a declaração do licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços, nos termos do art. 30, III, da Lei nº 8.666/93.

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar 64/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 23222.001159/2020

2. Descrição da necessidade

A contratação justifica-se pela necessidade da prestação de serviços de manutenção predial na rede de gás do Refeitório e do Laboratório de Microbiologia do campus de Rio Pomba, em conformidade com o art. 24, IV da Lei 8.666/93, com rapidez e eficiência necessárias, visto que o laboratório de microbiologia do DCTA apresenta pontos de vazamento, que colocam em risco a segurança das pessoas.

Laboratório de Microbiologia de Alimentos

O GLP (gás de petróleo líquido) é utilizado no laboratório de Microbiologia de Alimentos, por intermédio de Bicos de Bunsen, com o objetivo de diminuir a carga microbiana oriunda do ambiente, através do calor produzido pela chama. Desta forma, ocorre uma redução significativa de contaminações durante as análises microbiológicas.

O Laboratório de Microbiologia de Alimentos possui alta rotatividade de alunos, abrangendo aulas práticas (horário anexo) e pesquisas (cursos técnicos, graduação e mestrado). Esta utilização ocorre de forma simultânea (aula/pesquisa) e também em horários reconhecidos como “especiais” (fora do expediente normal de trabalho dos servidores). Para o primeiro semestre de 2020, a disciplina de microbiologia contava com 52 alunos matriculados em Microbiologia Geral, 14 alunos em Microbiologia de Alimentos e 6 alunos em Microbiologia de Alimentos Prática (Mestrado).

O Laboratório de Microbiologia de Alimentos conta com 32 Bicos de Bunsen na sala central e mais 2 bicos na capela de fluxo laminar (sala com pouquíssima ventilação). Na maioria dos dias, estas chamas ficam acesas praticamente de forma contínua.

A intensa necessidade de utilização das chamas, associado a pontos de vazamento na rede, promove uma saturação do ambiente, sendo causa constante de reclamações de dores de cabeça e tontura, por parte dos discentes e servidores.

O Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos se preocupa com a segurança e em fornecer uma utilização salubre do ambiente em questão aos seus alunos e servidores. O desconforto causado pelo odor nauseante compromete a qualidade das aulas, além do risco eminente de possíveis acidentes.

Ainda temos grande preocupação com os alunos que, por critérios de análises, necessitam permanecer no laboratório fora do expediente dos servidores. Já tivemos vários relatos de alunos que se sentiram mal durante estes horários especiais, decorrente do cheiro de gás.

Refeitório Estudantil

O Refeitório Estudantil é um importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica e de real função acadêmico-social, o qual vem de forma completa contribuir para seu melhor desempenho cognitivo e formação integral dos alunos, bem como, diminuir a evasão escolar.

No Refeitório do campus Rio Pomba é realizado o preparo e distribuição de cerca de 850 refeições diárias (almoço e jantar) de segunda a sexta-feira. Adicionalmente, o setor também passará a servir mais 672 refeições, atendendo 168 alunos no almoço e jantar aos sábados e domingos, quando do retorno do funcionamento da Residência Estudantil.

Além de atender a centenas de alunos, o refeitório possui 15 servidores em sua equipe de trabalho. Servidores estes, que vêm relatando vazamentos de gás os quais são verificados pela formação de bolhas no piso e pelo forte odor exalado. A inalação de gás pode provocar náuseas e tonturas. Vazamentos de gás expõem o Setor ao risco de explosão e incêndio, por se tratar de um produto químico muito inflamável.

Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de empresa para manutenção corretiva de rede de gás GLP e reparo de equipamentos abastecidos por esse, com o objetivo de otimizar o funcionamento dos equipamentos e promover a segurança do Setor, protegendo a vida de usuários e servidores. Com tudo isso, cabe ao Campus conduzir as obras/manutenções necessárias para zelar com a segurança e bem-estar dos discentes e servidores.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Laboratório de Microbiologia de Alimentos do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba.	Renata Cristina de Almeida Bianchini Campos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- As empresas interessadas nas prestações de serviços, poderão visitar o local da obra, com a finalidade de dirimir possíveis dúvidas sobre a execução de serviços.
- Para prestar os serviços, a empresa deverá emitir uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços a serem realizados, por engenheiro Mecânico, devidamente registrado no CREA-MG. Além disso, os serviços devem atender às normas técnicas de medicina e segurança do trabalho.
- A contratada terá duração de 10 dias para entrega do serviço e teste de estanqueidade.

Vale ressaltar que o projeto elaborado pela área técnica encontra-se nos anexos (VII a XII) deste ETP.

5. Levantamento de Mercado

Por se tratar de um serviço muito específico, para o levantamento de mercado fora realizado uma pesquisa de preços com empresas especializadas na região do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução abrange a manutenção na rede de GLP do laboratório e do refeitório, eliminação de parte do fogão, com corte de vigas U existe e tubulação de GLP, isolamento de um ponto de abastecimento de GLP, transformação de um ponto de abastecimento duplo, em um ponto de abastecimento triplo, realização do teste de estanqueidade ambas as redes, e, fornecimento e instalação de peças necessárias para realização do serviço.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Inspeção visual de tubos e conexões para verificar se há algum tipo de furo ou ranhura aparente e possível reparo;
- Avaliar a central de gás que deve apresentar placas ao redor e ser gradeado para maior segurança e possível reparo;
- Substituição de peças que apresentam vazamentos ou possivelmente estão com prazos de validade vencidos ou vencendo neste mês.
- Substituição e adequação de
- equipamentos. Deve ser realizado teste de estanqueidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição. Isso se faz necessário em virtude de adequação da rede de gás às normas vigentes da legislação.

Descrição	Quantidade
Registro linha alta pressão metal 1/8 x 1/8	20
Regulador único estágio 50 kg/h PE 5bar	1

União 1/8 metal rosqueado externo 1/8x1/8	22
Mangueira 0,7 m baixa pressão para GLP ou mangueira silicone	50
Pictail para P 45 – Mangueira de alta – 1 m	18
Registro tripartido, 3/4 alta pressão	6
Regulador com monitor 1o estágio 1,5 bar	1
Queimador dupla chama industrial	6
Magote de cobre 1,5 m	5
Redução 34 para 12	6
Niple 12 x 12	8
Torneira 14 x 5/16	6
Mangueira para GLP residencial 1,2 m	1
Regulador de pressão para bujão P 13 - residencial	1
Abraçadeira galvanizada de 12"	80
Registro tripartido, 1/2 alta pressão	01
Tê galvanizado 12"	01

Vale ressaltar que os quantitativos foram realizados por um engenheiro de área (mecânico) contratado para fazer o projeto (Anexos VII ao XII).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Os orçamentos foram adquiridos de empresas especializadas na área de gás conforme Anexos I, II, III, IV e V deste ETP. Neles estão incluídos a mão de obra e as peças para realizar o serviço.

Empresa	Total	Situação
Help Fogões LTDA	R\$13986,00	De acordo com o valor de mercado
Fazollo e Ventura	R\$39911,00	Acima do valor de mercado
Monta Fluxo	R\$13497,80	De acordo com o valor de mercado

Além disso, verificou-se junto ao engenheiro mecânico da reitoria se os preços praticados por estas empresas estavam condizentes com o preço de mercado, conforme Anexo VI deste ETP.

Dessa forma, foi descartado o orçamento da empresa Fazollo e Ventura, por estar muito acima do valor de mercado, ficando apenas os orçamentos das empresas Help Fogões LTDA e Monta Fluxo, totalizando uma média de R\$ 13741,90.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica por se tratar de item único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existe contratação correlata e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por se tratar de um serviço de manutenção corretiva que não se pode prever (vazamento), este não consta no PGC, mas será incluído posteriormente.

12. Resultados Pretendidos

Pretende-se adequar às normatizações vigentes o laboratório de microbiologia e o refeitório do Campus Rio Pomba, fazendo com que os alunos e servidores utilizem de forma mais segura o espaço, melhorando a qualidade das aulas e pesquisas, protegendo a vida de usuários e servidores.

13. Providências a serem Adotadas

Para uma melhor e acertada fiscalização, solicitou-se a reitoria o engenheiro mecânico, para a fiscalização do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O gás natural apresenta riscos de asfixia, incêndio e explosão.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável, pois está sendo realizada para atender às normas de segurança da rede de gás do laboratório de microbiologia e do refeitório.

16. Responsáveis

JOÃO PAULO CAMPOLINA LAMAS

Diretor de Desenvolvimento Institucional

BRUNO GAUDERETO SOARES

Chefe do Departamento de Alimentos do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba

RAKEL SILVEIRA ARANTES

Nutricionista IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba

KARENINA MARTINS VALADARES

Arquiteta do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba

ELAINE SOUZA CÓCARO

Nutricionista do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba

RENATA CRISTINA DE ALMEIDA BIANCHINI CAMPOS

Técnica em Laboratório do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - HELP_FOGÕES.jpg (147.93 KB)
- Anexo II - MONTA FLUXO.jpg (1.05 MB)
- Anexo III - MONTA FLUXO 2.jpg (1.12 MB)
- Anexo IV - MONTA FLUXO 3.jpg (651.3 KB)
- Anexo V - FAZZOLLO E VENTURA.jpg (583.3 KB)
- Anexo VI - Re Orçamentos para conferência.jpg (920.95 KB)
- Anexo VII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.03.jpeg (135.25 KB)
- Anexo VIII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.05 (1).jpeg (87.19 KB)
- Anexo IX - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.05.jpeg (87.79 KB)
- Anexo X - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.06 (1).jpeg (57.82 KB)
- Anexo XI - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.07 (1)-1.jpeg (99.15 KB)
- Anexo XII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.08-1.jpeg (101.2 KB)
- Anexo XIII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.07.jpeg (125.2 KB)

Anexo I - HELP_FOGÕES.jpg

Email – SONIA DIAS SILVA RIBEIRO – Outlook

Os serviços e materiais necessários para realização da manutenção corretiva estão agrupados em virtude de dar mais celeridade ao processo de dispensa de licitação, uma vez que as aulas do laboratório de microbiologia estão suspensas até que a manutenção corretiva seja realizada, prejudicando as atividades finalísticas da instituição.

00976327/0001-01

Rua Camilo dos Santos, 46 - Centro²

Uba - MG

Gonia Bias

Anexo II - MONTA FLUXO.jpg

Manutenção
Montagens Industriais



Rua Tenente Guimarães, 520 - Bairro Nova Era
CEP.: 36.087.070 - Juiz de Fora - MG.
Telefone: (32) 3222 - 5416
Email: comercial@montafluxo.com.br

ORÇAMENTO Nº 002100/2020

sexta-feira, 25 de junho de 2020

CLIENTE : INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS – RIO POMBA

ATENÇÃO : SR. ROGÉRIO REIS

REFERENTE : MANUTENÇÃO SISTEMA GLP E EQUIPAMENTOS

1) DESCRIÇÃO GRUPO 1

Item	Unid.	Quant.	Descrição	R\$ / Unit.	R\$ total
01.	Pç.	20	Registro linha alta pressão 1/8" x 1/8"	18,30	366,00
02.	Pç.	01	Regulador único estágio 50kg PE 5bar	393,00	393,00
03.	Pç.	22	União 1/8" metal rosqueado externo 1/8" x 1/8"	37,80	836,60
04.	Pç.	50	Mangueira 0,7m baixa pressão para GLP	17,00	850,00
05.	Pç.	18	Pictail para P45 – mangueira de alta – 1m	58,40	1.051,20
06.	Pç.	06	Registro alavanca 3/4" alta pressão	167,00	1002,00
07.	Pç.	01	Regulador com monitor 1º estágio 1,5bar	346,00	346,00
08.	Pç.	06	Queimador dupla chama industrial	96,00	576,00
09.	Pç.	06	Mangote de cobre 1,5m	192,00	1.152,00
10.	Pç.	06	Redução 3/4 x 1/2"	14,30	85,80
11.	Pç.	06	Niple duplo 1/2"	9,80	58,80
12.	Pç.	06	Torneira 1/4" x 5/16"	73,40	440,40
13.	Serv.	01	Serviço de manutenção corretiva de rede de gás grupo 1 * considerar incluso hospedagem, alimentação e deslocamento – técnicos, ferramental e materiais. - Geração ART CREA – MG	4.380,00	4,380,00
14.	Serv.	01	Serviço de teste de estanqueidade	1.960,00	1.960,00
15.	TOTAL				13.497,80

2) DESCRIÇÃO GRUPO 2

Item	Unid.	Quant.	Descrição	R\$ / Unit.	R\$ total
01.	Pç.	02	Manômetro reto inox 2" – escala 0 – 4 kgf/cm ² rosca NPT	143,30	286,60

Gerente Comercial
José Batista de Oliveira
(32) 9977.9034



Anexo III - MONTA FLUXO 2.jpg

Manutenção
Montagens Industriais

MontaFluxo

Rua Tenente Guimarães, 520 - Bairro Nova Era
CEP.: 36.087.070 - Juiz de Fora - MG.
Telefone: (32) 3222 - 5416
Email: comercial@montafluxo.com.br

02.	Pç.	02	Válvula de segurança 1/2" calibrada e certificada com 2,0 kgf/cm ² Comodoro ou Deca ou Mippel	1.120,00	2.240,00
03.	Pç.	02	Queimador para panela conforme modelo existente substituição ou reforma dos queimadores	276,00	552,00
04.	Pç.	01	Chapa aço inox 304 – 3,00 mm – 3m ²	2.860,00	2.860,00
05.	Pç.	02	Material de consumo	460,00	460,00
06.	Serv.	01	Serviço de manutenção corretiva – Grupo 2 * considerar incluso hospedagem, alimentação e deslocamento – técnicos, ferramental e materiais. - Geração ART CREA – MG - Inspeção LP (líquido penetrante paredes internas e externas das panelas)	5.790,00	5.790,00
07.	TOTAL				12.188,60

RESPONSABILIDADE TÉCNICA (CONTRATADA):

- A contratada se responsabiliza pela qualidade técnica dos serviços por ela executados, utilizando materiais dentro das Normas Técnicas, mão de obra qualificada, bem como aplicar os procedimentos exigidos pela contratante,
- Aplicação correta dos equipamentos conforme normas dos fabricantes e projeto apresentado pela contratante / fabricante,
- Manutenção do local de trabalho desobstruído e limpo.
- A MONTAFLUXO disponibilizará todo o ferramental dentro dos padrões e Normas conforme Ministério do Trabalho e CREA-MG, incluso andaimes, guinchos e Munk para içamento de equipamentos quando necessário.

RESPONSABILIDADES SOCIAIS (CONTRATADA):

- Seguro de vida em grupo,
- Plano de saúde,
- Encargos trabalhistas e sociais + EPI.
- Deslocamentos dos funcionários da contratada em carro próprio (MONTAFLUXO),
- Hospedagens e alimentação para os funcionários da contratada (MONTAFLUXO),
- Fornecimento de materiais de consumo (gases, eletrodos, vedantes, discos de corte e desbastes, lâminas de serra, etc.),

RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Gerente Comercial
José Batista de Oliveira
(32) 9977.9034



Anexo IV - MONTA FLUXO 3.jpg

Manutenção
Montagens Industriais



Rua Tenente Guimarães, 520 - Bairro Nova Era
CEP.: 36.087.070 - Juiz de Fora - MG.
Telefone: (32) 3222 - 5416
Email: comercial@montafluxo.com.br

- Liberar a planta para o bom desempenho dos trabalhos,
- Pontos de alimentação elétrica 220V próximos aos locais de trabalho,
- Disponibilizar ponto de ar comprimido para alimentar ferramentas pneumáticas da contratada próximo aos locais de trabalho quando necessário,
- Disponibilizar um responsável sempre que solicitado para orientação quanto a bloqueio e liberação da planta,
- Apoio imediato de atendimento médico / hospitalar em caso de acidentes de trabalho, acionando a direção da contratada para as devidas providências,

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

- Impostos inclusos
- Data / execução : conforme programação
- Frete : Incluso
- Pagamento : 30 dias

Gerente Comercial
José Batista de Oliveira
(32) 9977.9034



Anexo V - FAZZOLLO E VENTURA.jpg

Orçamento de Produtos



Cliente: IF Sudeste

Data: 06/07/2020

PROPOSTA

Descrição dos serviços	
* LABORATÓRIO - Troca dos registros, troca das mangueiras, teste de estanqueidade da rede e central de 1+1 P45	
* COZINHA - Troca dos queimadores, refazer a parte que está com corrosão, trocar regladoras, trocas mangotes, fazer o ponto extra e teste da rede.	
* CENTRAL DE GÁS LP P45 COZINHA - Troca de todos os pigtail, troca do regulador RP 21, pintura do coletor e teste de estanqueidade.	
* CHAPA INOX BIFETEIRA - Reforma geral com queimador.	
* CALDEIRÃO DE COZIMENTO - Trocar os pontos de consumo, 02 reguladores e 02 mangotes 1,5 m.	
Incluso material e mão de obra -----	R\$ 39.911,00
Reforma de 02 caldeirões de cozimento 200 L -----	R\$ 26.000,00
TOTAL -----	R\$ 65.911,00
Será encaminhado toda documentação pertinente a manutenção, incluindo laudo de estanqueidade e ART.	

Fazollo e Ventura e Cia Ltda Me

Rua C, 07 Parque Bela Vista - São Sebastião - Juiz de Fora - MG (32)3212-4599

osfazollo@hotmail.com

Anexo VI - Re Orçamentos paraconferência.jpg

De: Lucas Amaral Barbosa lucas.barbosa@ifsudestemg.edu.br
Assunto: Re: Orçamentos para conferência
Data: 11 de agosto de 2020 13:43
Para: Departamento de Desenvolvimento Institucional - Campus Rio Pomba ddi.riopomba@ifsudestemg.edu.br,
Ana Carolina Lopes Duarte ana.duarte@ifsudestemg.edu.br

Prezado João Paulo,

os orçamentos enviados não estão compatibilizados em relação aos quantitativos e detalhamentos dos serviços, mas dentro das cotações levantadas, segue as observações comparativas, levando em consideração a possível variação de preços em decorrência do momento atual de Pandemia-Covid19;

HELP FOGÕES

Cozinha; **13860,00**

- Itens compatíveis com o valor de mercado
- Serviço de manutenção corretiva um pouco elevado (**não** consta geração de ART)
- Teste de estanqueidade com valor compatível

Laboratório; Não consta

MONTA FLUXO - TOTAL 25686,84

Cozinha; **13497,00**

- Itens compatíveis com o valor de mercado
- Serviço de manutenção com valor mais atrativo (geração de **ART** - Ok)
- Teste de estanqueidade com valor compatível.

Laboratório; Grupo 2; 12188,64

- A válvula de segurança provavelmente está com valor errado; 2kgf/cm2 (compatível com o valor seria 12kgf/cm2)
- Chapa de aço Inox 304 3mm; Valor acima do valor de mercado em aprox 30%.

FAZOLLO & VENTURA - TOTAL 39911,00

Cozinha

Laboratório;

Fica comprometida a análise do orçamento em relação aos demais, pois não especifica os quantitativos e serviços de forma detalhada, mas analisando o valor total, aparentemente a mão de obra e logística de execução dos serviços estão com valor total elevado.

De forma geral, considerando a necessidade de ajustes (negociação com a empresa), o orçamento referente a **MONTA FLUXO** está com maior compatibilidade com o mercado em termos de valor e inclusão dos serviços e garantias necessárias.

Espero que tenha contribuído, estou a disposição caso tenha alguma dúvida.

Atenciosamente,

Em qua., 5 de ago. de 2020 às 14:18, Departamento de Desenvolvimento Institucional - Campus Rio Pomba <ddi.riopomba@ifsudestemg.edu.br> escreveu:

Prezado Lucas

Segue anexo os orçamentos que consegui. Favor desconsiderar a reforma dos caldeirões, pois não iremos fazer a licitação da mesma. Gostaria que fizesse uma análise dos preços dos orçamentos para verificar se estão de acordo com o valor de mercado. Peço, se possível, um pouco de urgência na análise, pois fico com receio de perder esses orçamentos que foi muito difícil para conseguir.

Desde já agradeço,

Att

João Paulo Campolina Lamas
Diretor de Desenvolvimento Institucional - Campus Rio Pomba
ddi.riopomba@ifsudestemg.edu.br

--

Lucas Amaral Barbosa
Engenheiro Mecânico
IF Sudeste MG

Anexo VII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.03.jpeg

4. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Descrição GRUPO 01	Quantidade
Registro linha alta pressão metal 1/8 x 1/8	20
Regulador único estágio 50 kg/h PE 5bar	1
União 1/8 metal rosqueado externo 1/8x1/8	22
Mangueira 0,7 m baixa pressão para GLP ou mangueira silicone	50
Pictail para P 45 – Mangueira de alta – 1 m	18
Registro tripartido, 3/4 alta pressão	6
Regulador com monitor 1º estágio 1,5 bar	1
Queimador dupla chama industrial	6
Magote de cobre 1,5 m	5
Redução 3/4 para 1/2	6
Niple 1/2 x 1/2	8
Torneira 1/4 x 5/16	6
Mangueira para GLP residencial 1,2 m	1
Regulador de pressão para bujão P 13 - residencial	1
Abraçadeira galvanizada de 1/2"	80
Registro tripartido, 1/2 alta pressão	01
Tê galvanizado 1/2"	01

Descrição GRUPO 02	Quantidade
Manômetro reto, inox, 2", escala 0-4 kgf/cm ² , entrada 1/4", rosca NPT	2
Válvula de segurança, de 1/2", calibrada e certificada com 2 kgf/cm ² , marca Comodoro ou Deca ou Mippel.	2
Queimador para panela conforme modelo existente	2
Chapa em inox 304 - 3,00 mm - 3 m ²	1

Baltazar Quatroz Reis
 ENG. OP. MECÂNICA DE MANUTENÇÃO
 CREA-MS 24.601/D
 32) 3573-1501

Anexo VIII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.05 (1). jpeg

Refeitório



Desmontar chicote , regulador e conexões – Isolar este ponto de abastecimento de gás



Transformar este ponto de abastecimento de duas vias, em um ponto de abastecimento de três vias – aproveitar regulador retirado do ponto a ser isolado.

Baltazar Queiroz Reis
ENG. OP. MECÂNICA DE MANUTENÇÃO
CREA-MG. 24.601/D
(32) 3573-1501

Anexo IX - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.05.jpeg

Refeitório



Cortar tubo de fornecimento de gás, vedar ponta cortada, cortar/retirar prolongamento
Do fogão, cortando vigas metálicas existente.



Substituir queimadores e registros defeituosos.

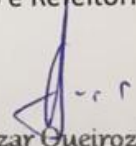
Baltazar Queiroz Reis
ENG. OP. MECÂNICA DE MANUTENÇÃO
CREA-MG. 24.601/D
(32) 3573-1501

Anexo X - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.06 (1).jpeg

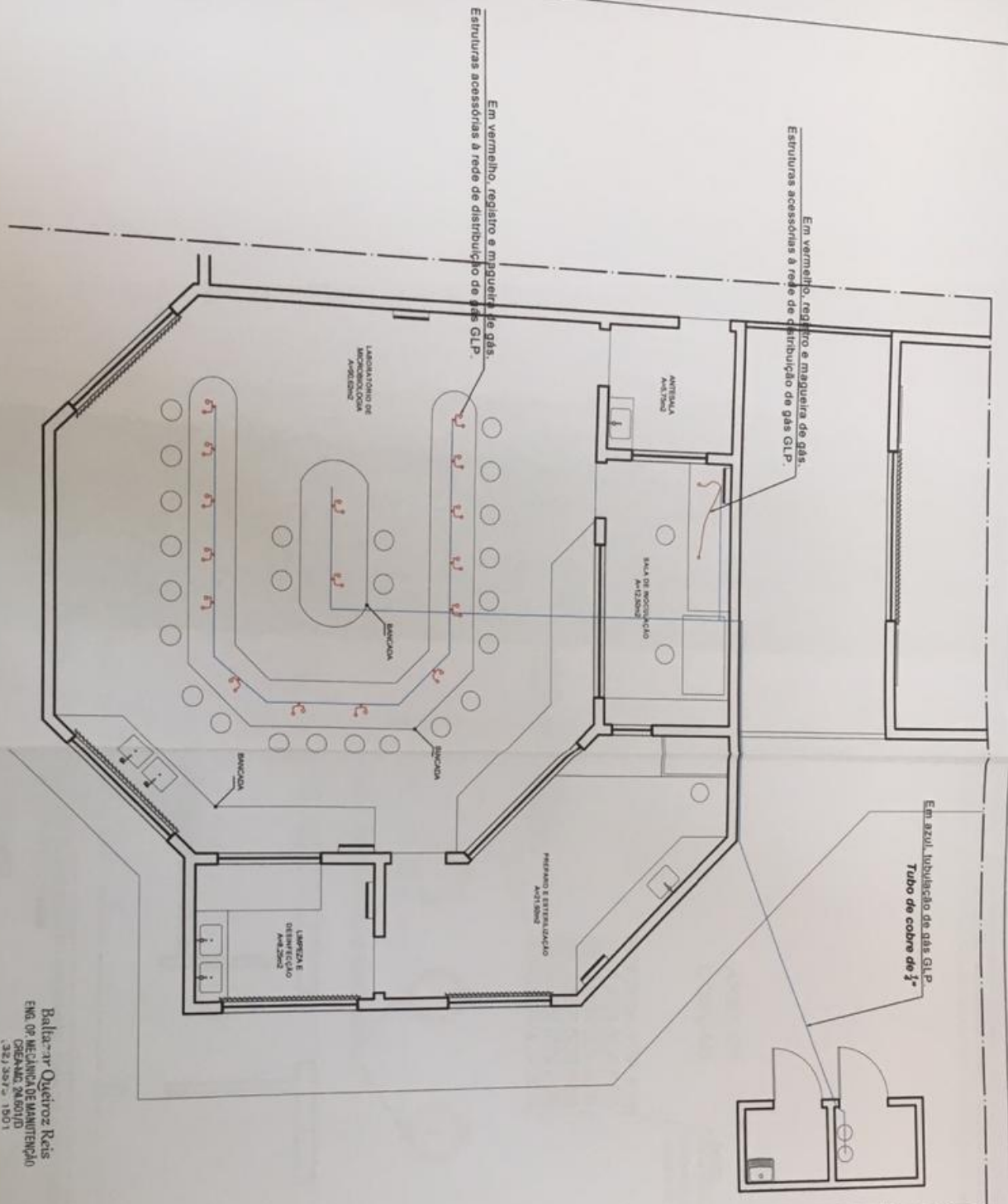
Refeitório



Substituir mangotes de todas os bujões P 45 (laboratório e Refeitório)


Baltazar Gueiroz Reis
ENG. OP. MECÂNICA DE MANUTENÇÃO
CREA-MG. 24.601/D
(32) 3573-1501

Anexo XI - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.07 (1)-1. jpeg



Layout : Laboratório de Microbiologia - Rede de Distribuição de GLP e suas estruturas.

Desenho: LARA CAROLINA LEÃO REIS

Atualizado:	Verificado:	Data:	Escala:	Folha:
Lara	Lara	09/09/2019	1:75	01/01

Baltazar Queiroz Reis
Eng. de Mecânica de Manutenção
CREAMG, 24.601/D
32.357-1/01

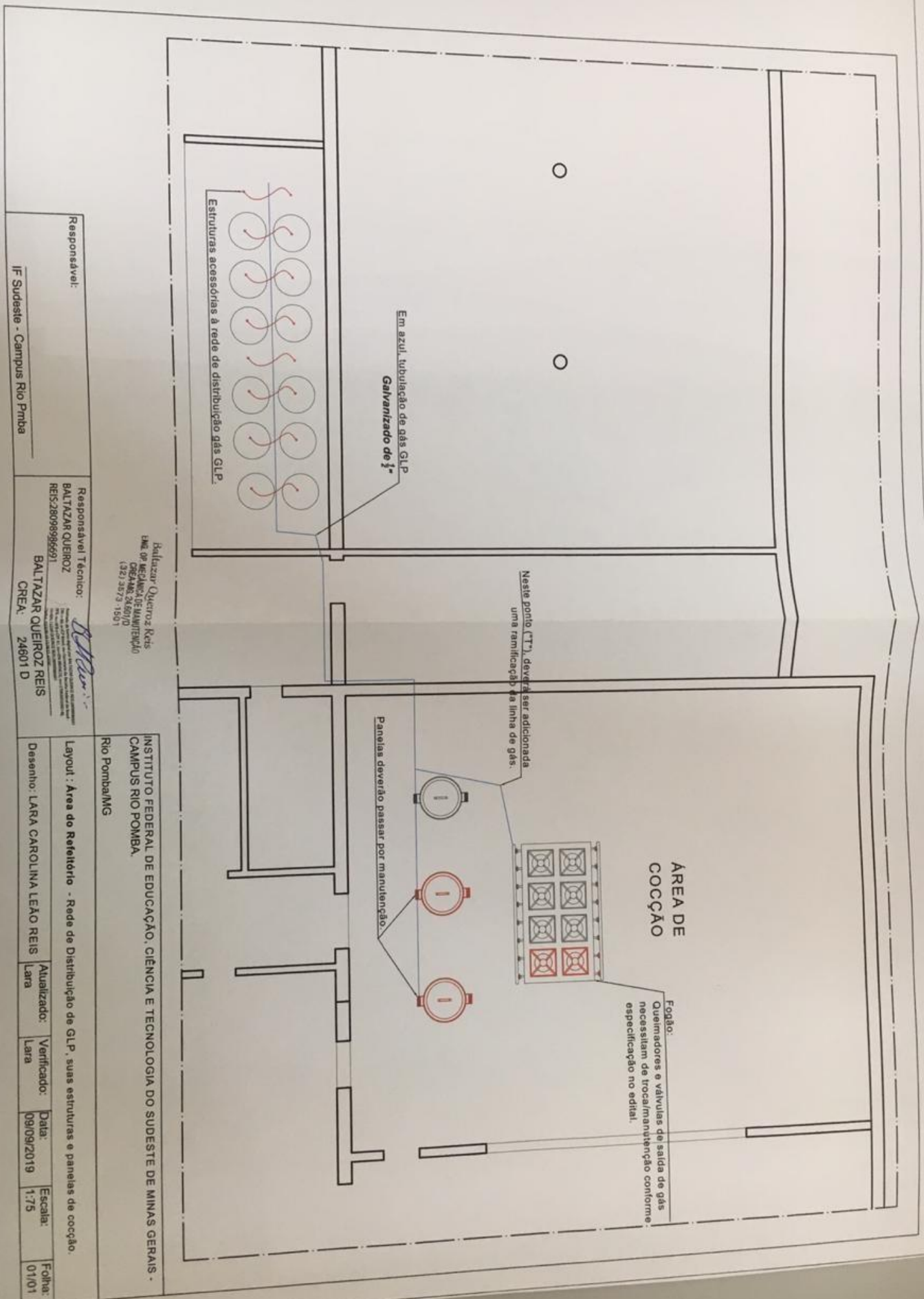
Responsável Técnico:
BALTAZAR QUEIROZ
REIS: 28098966691
BALTAZAR QUEIROZ REIS
CREA: 24601 D

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS - CAMPUS RIO POMBA.
Rio Pomba/MG

Responsável:

IF Sudeste - Campus Rio Pomba

Anexo XII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.08-1.jpeg



Anexo XIII - WhatsApp Image 2020-08-17 at 13.50.07.jpeg



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201900000005502080

1. Responsável Técnico

BALTAZAR QUEIROZ REIS

Título profissional:

ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO - MECÂNICA DE MANUTENÇÃO;

RNP: 1403429979

Registro: 04.0.0000024601

2. Dados do Contrato

Contratante: **INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS/RIO POMBA**

CNPJ: 10.723.648/0002-20

Logradouro: **AVENIDA DR. JOSÉ SEBASTIÃO DA PAIXÃO**

Nº: 000000

Cidade: **RIO POMBA**

Bairro: **LINDO VALE**

CEP: 36180000

Contrato:

UF: **MG**

Celebrado em:

Valor: **100,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **AVENIDA DR. JOSÉ SEBASTIÃO DA PAIXÃO**

Nº: 000000

Cidade: **RIO POMBA**

Bairro: **LINDO VALE**

CEP: 36180000

Data de início: **01/09/2019** Previsão de término: **03/03/2020**

Finalidade: **ESCOLAR**

Proprietário: **INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS/RIO POMBA**

CNPJ: 10.723.648/0002-20

4. Atividade Técnica

1 - **ELABORAÇÃO**

DESENHO TÉCNICO, MECÂNICA, REDE DE GAS

Quantidade: Unidade:

2.00 un

MENSURAÇÃO, MECÂNICA, REDE DE GAS

2.00 un

ORÇAMENTO, MECÂNICA, REDE DE GAS

2.00 un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E LAYOUT DAS INSTALAÇÕES DE DUAS REDES DE GLP E ECESSÓRIOS

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E AGRÔNOMOS DE UBA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

R. Pomba de *04* de *09* de *2019*

BALTAZAR QUEIROZ REIS

RNP: 1403429979

INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS CNPJ: 10.723.648/0002-20

Baltazar Queiroz Reis
ENG. OP. MECÂNICA DE MANUTENÇÃO
CREA-MG 24.001/D
R-30.000.000

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confrea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$1.960,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: MECÂNICA, MECÂNICA, MECÂNICA,



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 85,96

Registrada em: 04/09/2019

Valor Pago: 85,96

Nosso Número: 000000005320448



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS
GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 241/2020 - RPBDDI (11.04.03)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Juiz de Fora-MG, 18 de Novembro de 2020

TR_GAS_REFEITORIO_final.pdf

Total de páginas do documento original: 52

(Assinado digitalmente em 19/11/2020 10:45)

JOAO PAULO CAMPOLINA LAMAS

DIRETOR

2374953

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifsudestemg.edu.br/documentos/> informando seu número: **241**, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **18/11/2020** e o código de verificação: **5e9e9dc195**